

# **Desafios para Democracia na África Austral**

Zefanias Matsimbe

(Departamento de Ciência Política

Universidade Eduardo Mondlane)

## **Introdução**

Depois da queda do apartheid na África do Sul nos princípios da década de 90 a África Austral tornou-se numa das regiões política, social e economicamente mais estáveis do continente. Com o fim de conflitos armados em Moçambique e Angola e uma relativa estabilidade na República Democrática do Congo a região começou a viver paz e a registar progressos assinaláveis, mesmo no contexto da democratização; mas esta estabilidade não durou uma década. Nos finais da década a região começou a registar retrocessos assinaláveis no seu processo democrático, com crises eleitorais, o surgimento de levantamentos populares contra as formas de governação do dia e má gestão da coisa pública, a controversa reforma de terra no Zimbabwe que destruiu o celeiro da região.

Hoje em dia, a região apresenta vários e diferentes cenários e níveis de desenvolvimento e democratização que se torna difícil conferir uma nota única para a região. Algumas democracias com ganhos assinaláveis, umas com relativa estagnação e outras em degradação.

O artigo pretende fazer uma breve análise das tendências económica, social e política da região, com enfoque no estado da democracia, os factores de conflito social, a forma de sua gestão pelos diferentes Estados e as oportunidades existentes na região para se ultrapassar alguns dos desafios que se colocam.

## **Tendências da situação económica, social e política na região da SADC**

Os países da região apresentam situações económicas e sociais variadas. A tabela abaixo apresenta uma tentativa de categorização dos países.

<b>País</b>	<b>Situação Económica</b>	<b>Situação Política</b>	<b>Estado da Democracia</b>
Maurícias	- Progresso económico	- Alternância política entre as elites/famílias influentes, mas com regras de jogo claras	- Democracia progressiva
Seycheles	- Estabilidade económica	- Alternância de poder legislativo - Sociedade aberta e livre	- Democracia progressiva
Botswana	- Progresso económico - Queda de preço das comodidades	- Estável, mas com sistema quase monopartidário	- Democracia estagnada
Namíbia	- Progresso económico	- Liberdades básicas garantidas	- Democracia estagnada
África do Sul	- Progresso económico - Crise financeira - Queda do preço das comodidades - Desvalorização da moeda	- Conturbada (crises internas no ANC) - Rejeição da governação do dia	- Democracia em degradação
Zâmbia	- Queda do preço das comodidades (cobre) - Prevalência da pobreza	- Prenúncio do fim da dinâmica de alternância - Lungu com tendências dictatoriais	- Democracia em degradação
Tanzania	- Alguma estabilidade económica	- Magufuli com mão dura em nome de boa governação (autoritarismo) - Limitações na liberdade de imprensa	- Democracia em degradação
Malawi	- Situação económica instável (altos índices de pobreza)	- Alternância - Sem consolidação das instituições democrática - Perigo de autoritarismo - Tendência regionalista	- Democracia em degradação
Moçambique	- Crise financeira (dívidas ocultas) - Desvalorização da moeda - Altos níveis de desemprego e desigualdades - Custo de vida elevado	- Crise política (conflito armado) - Corrupção e insegurança	?
Angola	- Queda do preço internacional do petróleo - Desvalorização da moeda - Altos níveis de desemprego - Custo de vida elevadíssimo	- Partido dominante - Repressão de protes.tos sociais - Exclusão social - Falta da liberdade de expressão - Violação dos direitos humanos	- Democracia nominal
Lesoto	- Situação económica pouco estável (altos índices de pobreza)	- Crise política permanente - Insegurança e instabilidade	- Democracia degradada
Madagáscar	- Situação económica grave (pobreza, desemprego, etc.)	- Situação política ainda por se resolver	- Democracia degradada
Zimbabwe	- Situação económica instável (altos índices de pobreza, insegurança alimentar)	- Situação política bastante complexa (ditadura, intimidação, violência eleitoral)	- Democracia degradada

### **Factores de conflitos e levantamentos sociais**

A região apresenta uma multiplicidade de factores que concorrem para conflitos e levantamentos sociais. São factores de índole político, económico e de governação. O factor mais antigo tem a ver com a *desilusão e descontentamento generalizado resultante da frustração com as promessas dos libertadores*. A euforia e muitas expectativas populares levantadas a seguir à libertação dos Estados da região não foram materializadas. Aqui inclui-se os países que cuja libertação foi seguida de introdução de um sistema multipartidário, como e o caso da África do Sul e da Namíbia. A África do Sul é um exemplo mais evidente onde grande parte das manifestações está ligada à promessa oferta de melhor habitação e melhores condições de vida para corrigir os erros do sistema minoritário do apartheid.

O segundo factor de conflito e levantamentos populares tem sido o *fracasso do sistema de governação*. A filosofia de uma democracia em que os governos usam a autoridade do Estado para instalar um sistema de governação que se preocupa pelo bem estar da maioria parece ter caído em desuso. A providência de serviços públicos para o cidadão tem sido limitada, o que cria uma tensão que desemboca em manifestões, muitas vezes violentas. A ssociado à fraca provisão de serviços públicos está a galopante corrupção. Não é a grande corrupção (grandes contratos) mas a pequena corrupção no acesso aos serviços públicos como a educação, saúde e outros bens e , nas escolas, hospitais, instituições públicas.

O terceiro factor está ligado ao *agravamento das desigualdades sociais*. Contra todas as expectativas, a democracia continua a perpetuar desigualdades na região, com a emergência de pequenos grupos com mais privilégios do que os restantes cidadãos. Porque os pequenos grupos estão directa ou indirectamente ligados ao partido governamental, estes têm tido acesso fácil ao recursos do Estado através de contratos para fornecimento de serviços ou obras públicas. Com os ricos a tornarem mais ricos e os pobres mais pobres está instalado o crise para convulsões sociais.

*O assalto ao aparelho estatal pelos partidos libertadores e a sua relutância no poder* através de uso de tentáculos neo-patrimoniais e clientelistas tem sido um outro factor a considerar. Esta situação é comum na região, principalmente em países como Tanzania, Zimbabawe, Moçambique, Angola, Namíbia e mesmo na África do Sul, onde os libertadores ocupam posições favoráveis nos contratos públicos e no acesso aos recurso do Estado.

O quarto factor de conflito está intinsecamente ligado à *gestão dos processos eleitorais*. As eleições são um conflito por natureza, mas em África as eleições são uma questão de vida ou morte porque são o único garante para o controlo e acesso aos recursos do Estado. Partidos no poder lutam pela sua manutenção no poder, enquanto que os da oposição procuram aceder ao poder para ganhar controlo do acesso aos recursos do Estado. Este parece ser o principal objectivo dos actores políticos do que servir os cidadãos. Por essa razão, estes têm procurado usar todos os meios à sua disposição ganhar o poder, incluindo o incentivo dos cidadãos para o recurso intolerância política e violência. Não são raros os casos em que os actores políticos fazem ecoar a etnicidade ou regionalismo para alnaçar os seus objectivos. Há pouco mais de uma semana, a Secretária Geral do Partido Democrático Progressivo (DPP), o partido no poder, Grizeder Jeffrey foi citada a dizer que nenhum político proveniente do norte do país chegaria a presidência, até que Jesus Cristo volte de novo à terra.

Ainda no âmbito da gestão de processos eleitorais, a *tentativa e/ou acusação de manipulação dos resultados eleitorais* tem sido um outro factor que tem levado a levantamentos populares. Na verdade, aqui reside o desafio dos processos eleitorais em África como continente, mesmo em democracias que se considere que tenha registado algum avanço na condução de processos eleitorais mais justos e credivéis. Os processos eleitorais em grande parte das democracias tem sido

impregnado de irregularidades cometidas por agentes eleitorais a todos os níveis, acusação de fraudes, principalmente pelos partidos da oposição contra o partido no poder. Não raras vezes este querelas eleitorais desembocam em conflito aberto entre simpatizantes dos partidos ou candidatos. A actual crise que se vive em Moçambique tem o seu génese em conflito eleitoral.

Um outro importante factor é o *assalto aos processos eleitorais pelo sector privado*, o que faz com que eleições sirvam a outros interesses do que exactamente a democracia, o que faz com que os governos eleitos enfrentem o dilema de pagar de volta aos favores recebidos e a satisfação dos interesses nacionais. A família Gupta na África do Sul tem sido acusada de assalto a poder da África do Sul com o uso do seu poder financeiro.

Um outro factor de índole internacional são *as crises económicas e financeiras*. As crises internacionais que abalam as democracias do Ocidente têm repercussões directas nas economias e governação dos países africanos. A região Austral tem sido assolada por sucessivas crises económica e financeira com repercussões no funcionamento dos governos nacionais. A baixa de preços de comodidades como minerais e petróleo tem resultado em encerramento de companhias, o que provoca desemprego, principalmente entre a juventude. A depreciação das moedas nacionais tem e a baixa produtividade nacional tem resultado em alto custo de vida para os cidadãos, o que provoca levantamentos nacionais.

#### **Como é que os governos têm reagido?**

A democracia pressupõe várias formas de participação dos cidadãos, para além de depósito de boletim em escrutínios eleitorais. A participação em manifestações para defesa de alguma posição ou expressão de descontentamento contra o poder do dia são também formas de participação democrática, daí o quadro legal e constitucional prever a defesa das liberdades de reunião, movimento, manifestação, expressão dentre outras liberdades e direitos. Contudo, o recurso aos meios repressivos do Estado para conter manifestações populares com violência tem sido prática na região. Isto tem sido causado pelo facto de as forças de segurança estarem intrinsicamente envolvidos em acções partidárias ou sob controlo dos partidos governamentais (casos de Lesotho, Angola, Zimbabwe e Moçambique), locais onde relatos de violação dos direitos humanos são comuns.

Um elemento a ter em conta na forma violenta da reacção dos Estados é a forte influência do sector privado na política, principalmente nos países onde a elite política do partido governamental tem importantes interesses económicos. O Massacre de mineiros manifestantes nas minas de Marikana, na África do Sul pode estar directamente ligado a esta situação. Em países onde as forças de segurança estão directamente envolvidas na indústria extractiva (RDC, Angola, Moçambique) apresentam mais probabilidade de recurso a violência armada para reprimir as manifestações.

#### **Moçambique**

Será que os desafios e crises vigentes levam necessariamente a levantamentos e protestos sociais em todos os países? Nem sempre. Nos países onde a liberdade de manifestação é coartada, onde o Estado exerce um maior controlo social, intolerância e intimidação, muitas vezes com recurso ao uso de forças de segurança estatal para reprimir manifestações, levantamentos têm poucas chances de acontecer.

Em Moçambique o fenómeno de manifestações populares é raro. Em outros contextos, a actual crise económica e política a que o país está submetido, resultante das chamadas dívidas ocultas e de disputas nos processos eleitorais, escândalos políticos, expropriação de terras para projectos pouco fundamentados, que resultam em insatisfação massiva devido às suas consequências na carestia de vida, seriam suficientes para eclosão de instabilidade e manifestações sociais. Mais ainda, o país vive

um sistemático abuso do poder, uma endémica corrupção em sectores públicos nevrálgicos como a saúde e educação que afectam directamente o cidadão comum.

Não há dúvidas que o regime do dia tem se multiplicado em acções para desencorajar e impedir a eclosão de manifestações populares, incluindo o uso de forças de segurança. Contudo, a explicação para o fenómeno poderá residir em factores históricos, sendo os mais importantes a história do conflito armado violento dos 16 anos e a ainda existência de uma oposição semi-armada.

A memória colectiva do conflito armado violento e sangrento que ceifou milhares de vítimas e destruiu o tecido social parece ser um dos factores que leva a uma falta de vontade generalizada dos moçambicanos para manifestações.

A existência de uma oposição semi-armada pode também jogar o seu papel. Cidadãos podem ter depositado a sua confiança no movimento armado como sendo o canal de expressão da sua insatisfação.

Um terceiro elemento, comum a outros países da região é o carácter dominante do partido libertador que se ocupa de quase todos os níveis de administração incluindo os governos provinciais, distritais e municipais, o que reduz espaço para contestações. A questão que é se esta continuará por muito tempo ou tem dias contados.

### **Oportunidades (Entry points)**

Alguns países da região apresentam algumas oportunidades que podem servir para a alavancar as suas democracias. A crise interna do ANC, a retirada de José Eduardo dos Santos do poder em Angola, o desaparecimento físico de Robert Mugabe, a actual crise económica e política em Moçambique que pode levar a profundas reformas de descentralização se por exemplo os governadores provinciais forem eleitos.

### **Conclusão**

Os sinais mais vigentes na região são de uma democracia em declínio com ressurgimento dos governos autoritários na região e no resto do continente. A governação democrática em voga continua a não inspirar o desejável para a maioria das populações, daí os intermináveis conflitos e levantamentos na região, os quais têm recebido uma resposta não democrática pelos governos que procuram a todo o custo manter o poder.

Se a democracia produz resultados pouco satisfatórios para a maioria será que continua relevante para o continente ou para a sub-região? A resposta é positiva. O importante é ter uma liderança corajosa capaz de introduzir reformas para que as políticas económicas e sociais sejam responsivas às necessidades e interesses dos seus cidadãos, com enfoque no combate à pobreza, melhoria na prestação de serviços públicos e das condições de vida dos cidadãos. Tem se procurar eliminar a sede de uma democracia inclusiva, sem intimidação nem violência contra os que se impõem ao governo do dia, mesmo a oposição política.

Os cidadãos precisam de canais abertos não só para colocar as suas inquietações, mas também exigir a prestação de contas do governo do dia. Isto passa pelo fortalecimento de instituições democráticas como o parlamento, as instituições locais de governação, e mesmo o sistema judiciário e o estado de direito que os cidadãos tenham um gozo pleno dos seus direitos.

A região acompanha com uma mistura de apreensão e expectativa para o desfecho do actual cenário político na África do Sul, principalmente a crise interna do ANC; as eleições angolanas que marcam a saída de José Eduardo dos Santos da liderança histórica do MPLA e da Angola; as eleições no

Zimbabwe e a possível mudança de liderança da ZANU-PF e do Zimbabwe; o fim das hostilidades em Moçambique e o regresso da Renamo à arena eleitoral nas eleições autárquicas de 2018 e gerais de 2019; e o desvanecer da crise económica e financeira que abala a região.

### **Referências**

Southall, R. (2003). Democracy in Southern Africa: Moving beyond a difficult legacy. *Review of African Political Economy*, 30(96), 255-272.

Melber, H. (2000). On the Limits to Liberation in Southern Africa<sup>1</sup>. *Documenting Liberation Struggles in Southern Africa*, 39.

<http://www.nyasatimes.com/dpps-sg-attacks-mwenifumbo-joining-aford-north-malawi-will-never-produce-president-jesus-comes/>